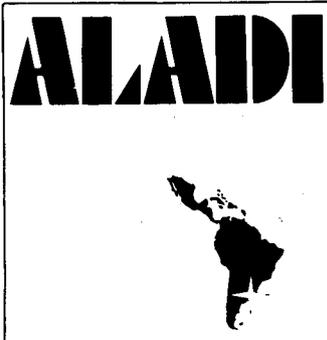


Consejo de Ministros

Segunda Reunião
26-27 de abril de 1984
Montevideu - Uruguai



Asociación Latinoamericana
de Integración
Associação Latino-Americana
de Integração

863

EXPOSIÇÃO FORMULADA PELO EXCELENTÍSSIMO
SENHOR LICENCIADO DANTE CAPUTO, MINISTRO
DAS RELAÇÕES EXTERIORES E CULTO DA REPÚBLICA
ARGENTINA, NA SEGUNDA REUNIÃO DO
CONSELHO DE MINISTROS
(Segunda Sessão Plenária)

ALADI/CM/II/di 4.2
26 de abril de 1984

Senhor Presidente:

A chegada da democracia à Argentina significou uma profunda mudança em sua política exterior.

Nossa concepção ética da política faz da dignidade humana seu capítulo central e sua consequência natural é o direito e o exercício pleno da soberania nacional.

É em virtude dessa concepção que estamos convencidos de que somente a integração da América Latina nos permitirá alcançar os respectivos desenvolvimentos econômicos nacionais, eliminando todo vestígio de dominação estrangeira de nosso Continente. Para tanto, a América Latina deverá deixar de ser a simples evocação de nossas tradições históricas e culturais comuns, para transformar-se no espaço de realizações políticas e econômicas que possibilitem a liberdade e a justiça para seus povos.

Senhor Presidente, no processo de integração regional podemos distinguir duas grandes fontes de promoção: por um lado, a dinâmica própria dos fenômenos políticos e econômicos que todos e cada um dos países enfrentamos, tanto em nossas relações internas como nas globais do âmbito internacional. Por outro, os organismos e instituições que sintetizam os progressos já obtidos e geram novas idéias e formas instrumentais para seu aprofundamento.

Quando começamos a descobrir que o sistema comercial e financeiro internacional não estava pensado para dar soluções aos problemas do subdesenvolvimento econômico e social, foram surgindo respostas parciais para as situações setoriais. Mas, as condições políticas, econômicas e sociais de hoje nos impõem ser mais criativos e autênticos se realmente queremos encontrar respostas para os grandes problemas do presente.

Até há pouco tempo as nações da América Latina, individualmente, e às vezes em conjunto, somente projetavam seu destino para os países desenvolvidos, o que impediu durante anos progredir no processo de integração. Mas, agora nos últimos tempos, fomos compreendendo a importância da unidade para dentro do Continente, uma vez que somente por esta via melhoraremos nossas possibilidades e poderemos incrementar a capacidade autônoma de decisão de nossos países.

//

Senhor Presidente, quando a antiga ALALC foi reestruturada e transformada na que hoje é a ALADI pensou-se que com um novo instrumento jurídico se solucionaria os problemas que afetavam o progresso do processo de integração.

Transcorreram três anos desde a subscrição do Tratado de Montevidéu 1980 e comprovamos que essa reestruturação não foi até agora suficiente. Existem ainda problemas estruturais que devem modificar-se mediante a adoção de uma vontade política definida de nossos Governos. E pensamos assim porque não desejamos, porque não temos direito ao fracasso que, às vezes, parece insinuar-se nos inconvenientes com que se realizou a transição ALALC-ALADI e nas dificuldades para progredir na concretização dos mecanismos fundamentais, destinados a aprofundar o processo de integração.

Assim como estão as coisas, devemos destinar todas nossas forças para fortalecer os mecanismos associativos previstos no Tratado.

Para tanto, cremos que as ações parciais previstas na ALADI devem ser realizadas para favorecer os progressos que desejem fazer aqueles países em condições de impulsar maior grau de união de seus mercados.

Mas, estas ações parciais devem, ao mesmo tempo, favorecer a convergência regional dos mecanismos multilaterais previstos no próprio Tratado de Montevidéu 1980 e de outros que irão sendo criados em um futuro próximo.

Nessa direção entendemos que é necessário abandonar a permanente tendência a reduzir os progressos e possibilidades que nos oferece nossa Associação. A esse respeito estamos convencidos de que necessitamos estabelecer prazos para alcançar nossos propósitos. Porque é preferível enfrentar-nos com uma obrigação peremptória antes que deixar de cumprir com os compromissos, ocasionando assim frustração e descrença.

Senhor Presidente, consideramos que este sistema de integração renovado que nos atrevemos a esboçar nos permitiria reagir criativamente ante os desafios de uma adversa conjuntura internacional.

A reunião de nosso Conselho de Ministros tem dupla importância. Por um lado, assinala o papel da ALADI no processo de integração econômica da América Latina. Por outro, constitui o ponto de partida dinâmico que permitirá implementar a etapa definitiva da organização latino-americana. Desta forma, não somente retomaremos o iniciado em Quito. E que além disso, começaremos a aprofundar e a utilizar plenamente os mecanismos e procedimentos enquadrados no Tratado de Montevidéu 1980.

Desse modo, nosso Conselho deverá reunir-se com uma periodicidade adequada para desempenhar a verdadeira função que lhe outorga esse Tratado, adotando as decisões que correspondem à condução política superior do processo de integração econômica e estabelecendo as normas gerais relacionadas com o melhor cumprimento dos objetivos da Associação.

Assim também estaremos contribuindo para a organização de um sistema político-econômico para a América Latina, desenvolvendo, em fim, a idéia que inspirou a criação do Sistema Econômico Latino-Americano (SELA).

//

Não obstante, acreditamos que apesar de sua modéstia os acordos alcançados são importantes, uma vez que estão dirigidos para o cumprimento de nossos objetivos. Esse é o sentido da preferência tarifária regional aberta para os outros países da América Latina que não fazem parte de nossa Associação, preferência aprofundada mediante negociações periódicas para concretizar ações bilaterais ou multilaterais que permitam no futuro a realização de significativos progressos no incremento do comércio inter-regional e na busca de novas formas de cooperação.

Temos também possibilidades muito amplas no campo financeiro e monetário, que somente se veriam limitadas se nossa falta de imaginação ou de decisão nos coarctasse o progresso que requer a presente conjuntura.

Decidimos também estudar a outorga de preferências nas compras estatais, o andamento para um sistema unificado de normas para a regulamentação das relações econômicas entre nossos países, a ampliação das listas de abertura de mercados em favor dos países de menor desenvolvimento econômico relativo e o estabelecimento de programas especiais de cooperação para estes últimos.

Todas estas são fórmulas que nos permitirão colocar na prática, em matéria econômica, a solidariedade continental.

Outrossim, o reconhecimento de que uma maior integração requer formas complexas de interação e, em consequência, a coordenação de nossas posições nos foros internacionais, levou-nos a adotar uma resolução que inclui medidas de informação e coordenação, quando sejam tratados em outros organismos temas de competência da Associação.

Acreditamos também que é indispensável o cumprimento do statu quo acordado sobre as restrições não-tarifárias, procedendo também a seu desmantelamento no prazo mais breve possível.

Senhor Presidente, nossos países devem dar uma resposta ao desafio que exigem os povos da América Latina. Não é possível que a região importe quase 50 bilhões de dólares em manufaturas, incluindo os bens de capital e que somente 4 sejam de origem regional. Outrossim, que se importe cerca de 10 bilhões de dólares de alimentos e somente 2 provenham da região. Finalmente, é preocupante a notável redução das operações canalizadas por nosso "Convênio de pagamentos" a respeito do comércio inter-regional, percentagem que se reduziu de 90 por cento em 1980 para 65 por cento em 1982.

Assim poderia continuar enunciando problemas que, desde a crua realidade de nossas insuficiências econômicas e sociais, permanentemente desafiam nossa imaginação e nossa ação. As justas demandas de nossos próprios povos requerem respostas que contribuam para melhorar seus níveis de ingressos, diversificar seus consumos e satisfazer a expectativa de uma vida mais digna em um contexto de paz e liberdade.

Com esse propósito, torna-se imperioso que juntos levemos adiante uma política criativa que revitalize definitivamente os mecanismos de integração regional. Isto nos permitirá também utilizar e potencializar as possibilidades da região para proteger-nos da instabilidade econômica, aumentando assim pro

//

gressivamente e ao mesmo tempo nossa presença a nível internacional e nossa capacidade de negociação com os países industrializados.

Senhor Presidente, nosso propósito integrador é sincero e concreto.

Respeitamos o princípio de não intervenção e reafirmamos a importância de resguardar a autodeterminação dos povos. Estamos convencidos de que as necessidades de segurança hemisférica estão intimamente ligadas à recuperação do desenvolvimento econômico e à estabilização dos modelos democráticos de participação social.

A integração regional em um contexto de respeito mútuo e de comunidade de interesses é o grande instrumento para a construção de um futuro no qual nos sos povos possam finalmente satisfazer suas necessidades vitais, e será tam- bém o espaço onde possamos esboçar novamente em forma definitiva o ainda lon- gínquo objetivo da pátria comum que sonharam nossos libertadores.

Muito obrigado.
